

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

ANEXO I – PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

RDC 01-2022

I. REGÊNCIA LEGAL	
Esta licitação obedecerá integralmente a Lei Federal de 8.666/93.	
II. UNIDADE INTERESSADA	
SUMAI – COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETO E OBRAS (CPPO)	
III. MODALIDADE	IV. PROCESSO ADMINISTRATIVO
RDC	23066.022299-2020/46
V. TIPO DE LICITAÇÃO	VI. FORMA DE EXECUÇÃO
MAIOR DESCONTO	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
VII. OBJETO	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO (BASICO E EXECUTIVO) DE ESCORAMENTO DA ESTRUTURA E LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DO TUNEL DO MUSEU DE ARTE SACRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, CONFORME ESPECIFICADO NESSE ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS.	
CATSER: Estudos e Projetos – Instalações Prediais – 00000026-4	
VIII. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:	
DATA: 15 de junho de 2022 – HORA: 09:30h (Horário de Brasília)	
LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br/	
IX. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DETALHAMENTO NO ATO DAS CONTRATAÇÕES DOS SERVIÇOS.	
X. PRAZO DE VIGÊNCIA	XI. LOCAL DA INTERVENÇÃO
210 (duzentos e dez) dias	Museu de Arte Sacra.
XII. ANEXOS	
I – MATERIAL GRAFICO	
II – ORÇAMENTO	
III – ESCOPO DE PROJETOS	
IV- DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS	
V- MODELOS	
E demais anexos constantes do Edital.	
XIII. LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE TERMO DE REFERÊNCIA	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, S/N – Salvador – BA –Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura/ SUMAI – Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras. Tel. 71 3283-5802. E-mail: cppo.sumai@ufba.br

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para elaboração de Projetos Básico e Executivo de escoramento da estrutura e levantamento topográfico das dimensões do túnel do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, conforme especificado nesse Anexo I - Termo De Referência do Edital e demais anexos.
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço não comum de engenharia
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.
- 1.4. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

2. PERÍODO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 2.1. O prazo execução do contrato é de 115 (cento e trinta e tres) dias, conforme etapas definidas no cronograma-físico.
- 2.2. A vigência do contrato é de 210 (duzentos e dez) dias, respeitando-se a dinâmica de entrega dos projetos definida no Edital.
- 2.3. No que tange à execução dos projetos, seus prazos obedecerão a dinâmica de entrega definidos no cronograma deste Termo de Referência.

3. CUSTO ESTIMADO DO CONTRATO

- 3.1. O preço total estimado da licitação é de **Valor Total Estimado do Serviço: R\$ R\$ 39.518,60** (trinta e nove mil quinhentos e dezoito reais e sessenta centavos).

4. TERMINOLOGIA – DEFINIÇÕES DE TERMOS UTILIZADOS

Para os estritos efeitos deste Termo de Referência, são adotadas as seguintes definições:

- 4.1. Contratante**
Órgão que contrata a elaboração dos Projetos Básico e Executivo – Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- 4.2. Contratada**
Empresa contratada para a elaboração dos Projetos Básico e Executivo, vencedora da licitação.
- 4.3. Fiscalização**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

Atividade exercida de modo sistemático pela Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras – CPPO e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

4.4. Projeto Pré-execução

Consiste na apresentação do projeto de arquitetura e demais soluções dos complementares (conforme escopo de projetos de cada disciplina), revisado sob a luz da legislação pertinente (NBR, Legislação Municipal, etc) para ser aprovado pela SUMAI/UFBA, para posterior desenvolvimento das etapas seguintes.

4.5. Relatório de Vistoria

Relatório onde constam todas as observações relacionadas a visita ao local, na primeira reunião, indicando qualquer inconformidade identificada e anotações pertinentes a informações necessária ao desenvolvimento dos projetos, tais como entrada de energia, água, ligações de esgoto, etc.

4.6. Projeto Básico

Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos módulos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a favorecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;

4.7. Projeto Executivo

O conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

5. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO, DA ADOÇÃO DO RDC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

O projeto de escoramento da estrutura do túnel do Museu de Arte Sacra é a primeira etapa para a execução do projeto de restauro. Tendo em vista que existe uma instabilidade no local, com risco, inclusive, de desabamento, é necessário escorar o local para segurança dos que irão trabalhar. Entretanto, por se tratar de uma obra tombada pelo IPHAN, o escoramento deve respeitar suas peculiaridades de patrimônio tombado, e por esse motivo se faz necessário um projeto por empresa especializada, bem como a aprovação por aquele órgão.

Esta licitação é uma das ações do Núcleo de Projetos da CPPO_SUMAI para o cumprimento das atividades planejadas para 2020/2021 e incluídas no PGC – Plano de Gestão de Contratos 2020. Sua execução também visa atender a demandas do Ministério Público Federal

6. JUSTIFICATIVA PELA CONTRATAÇÃO E ADOÇÃO DO RDC/PREÇO UNITÁRIO

6.1. A escolha pela modalidade RDC está pautada na Lei 12.462 / 2011 no seu Art. 1º, §3º.

6.2. Sendo assim a adoção da RDC se dá com vista a ampliar a eficiência da futura contratação, a competitividade entre as licitantes, assegurar o tratamento isonômico, a busca de maior simplificação, celeridade, transparência e economicidade nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos, proporcionando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6.3. O modo de Disputa será: FECHADO (arts. 16 e 17, inciso I, da Lei nº 12.462/2011, combinado com os arts. 8º, inciso III, 15 e 18 a 21, do Decreto nº 7.581/2011). O regime será o de empreitada por PREÇO UNITÁRIO e o critério de Julgamento de MAIOR DESCONTO (art. 18, inciso I, da Lei nº 12.462/2011) aplicado linearmente aos preços unitários dos itens que compõem a tabela de serviços.

6.4. De acordo com art.6º, VIII, “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93, empreitada por preço unitário é “quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas”. Sendo assim, a UFBA vem adotando em suas licitações de obras e serviços, de um modo geral, o regime de execução por preço unitário por entender que o pagamento por serviços efetivamente executados traz um equilíbrio e segurança maior tanto para a Administração, quanto para o próprio construtor. Outro ponto positivo é que esse regime de execução promove, por parte da fiscalização, um controle maior do desenvolvimento da obra/serviço pois os pagamentos só são feitos após a verificação da conformidade da prestação dos serviços. Sabe-se, por outro lado, que esse regime possui algumas desvantagens as quais vem sendo cada vez mais trabalhados no sentido de minimizá-las, sobretudo a necessidade de aditivos e o descumprimento dos prazos.

7. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

7.1. A Contratada será responsável pela observância das Leis, dos Decretos, das Portarias, e:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

7.1.1. Normas (federais, estaduais, municipais, distritais), dos Regulamentos, das Resoluções, da Instruções Normativas e das demais normas aprovadas no âmbito da CONTRATANTE, direta e/ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas independente de citação;

7.1.2. Códigos, Lei de uso e ocupação do solo, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais, distritais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos,

7.1.3. Normas do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros;

7.1.4. Normas técnicas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

7.1.5. Regulamentos do INMETRO;

7.1.6. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

7.1.7. Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA / CAU;

7.1.8. Instruções do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil –SINAPI;

7.2. Outras normas aplicáveis ao objeto do contrato.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A descrição da solução abrange de um modo geral a elaboração de projeto que dará suporte a futuras intervenções no túnel do Museu de Arte Sacra, as quais visam a recuperação da sua estrutura. Esse projeto deverá adotar soluções que:

8.1.1. Ofereçam facilidade de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação;

8.1.2. Que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras da Instituição;

8.1.3. Que ofereçam segurança aos funcionários e usuários e proteção contra roubos, furtos e vandalismo;

8.1.4. Que minimizem os custos de operação, conservação e de manutenção das instalações;

8.2. Deverão ser atendidos as diretrizes de projetos apresentados no Anexo IV

9. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Trata-se de serviço não comum de engenharia/obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade RDC.

9.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

9.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

10.1.1. Será emitida uma OS para o projeto a ser desenvolvido, onde constará seu prazo de execução, valor e designação do fiscal.

10.1.2. A execução do serviço será iniciada com o recebimento da Ordem de Serviço.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

10.1.3. Não serão aceitos serviços executados fora do cronograma físico.

10.2. A verificação da conformidade da prestação do serviço será realizada com base nos projetos entregues, memoriais descritivos e especificações técnicas, os quais estão detalhados no Anexo III – Escopo de Projetos.

10.3. Quando os serviços contratados forem concluídos, a Contratada apresentará comunicação escrita informando o fato à fiscalização, a qual competirá a verificação dos serviços e tomará as devidas providências a fim de receber provisoriamente e posteriormente, de forma definitiva.

10.4. Todas as fases de projeto estarão submetidas à aprovação do IPHAN e será condição para a fiscalização dar como concluída a etapa.

10.5. A partir desse conjunto de informações técnicas, a contratada desenvolverá o projeto até o nível executivo, levando em consideração as etapas listadas abaixo.

Etapas licitação

Material para licitação

Serão fornecidos para a licitante, na retirada do material para licitação, relatório fotográfico do local, orientações e diretrizes para o projeto.

Esse material deverá ser confrontado com as condições do local, na época da licitação para que eventuais dúvidas sejam levantadas.

10.6. DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

ETAPA 01 - PROJETO PRÉ-EXECUÇÃO

10.6.1. Reunião 01: Diretrizes para Projeto Pré-execução

Reunião inicial para que a SUMAI, passe, formalmente as diretrizes específicas do projeto e a Empresa coloque seus questionamentos;

Visita ao local do projeto, com todos os projetistas das áreas técnicas envolvidas na execução dos projetos, de forma a checarem todas as informações e possíveis interferências que possa comprometer as etapas seguintes.

Apresentação do cronograma, forma de avaliação dos projetos, penalidades e condições do contrato. A reunião será registrada em Ata para anexar ao processo licitatório.

10.6.2. Desenvolvimento de Projeto Pré-execução

Elaboração das soluções técnicas a serem desenvolvidas no Projeto Pré-Execução

10.6.3. Reunião 02: Entrega e Apresentação do Projeto Pré-Execução

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

Consiste nessa Etapa a apresentação prévia dos elementos necessários ao entendimento da concepção do projeto. Serão apresentados e avaliados nesta etapa:

Definição de todas as soluções de projeto

É facultado ao contratante apresentar mais de uma solução de escoramento para o túnel, a fim de que IPHAN possa definir qual a que melhor se adequa a especificidade do edifício envolvido.

A Reunião será registrada em Ata para anexar ao processo licitatório.

A reunião 02 tem como objetivo a entrega da etapa projeto Pré-Execução, logo o não comparecimento da

Contratada, ensejará as penalidades previstas no contrato por entrega em atraso.

10.6.4. Avaliação do Projeto Pré-Execução e relatório de vistoria pela SUMAI e pelo IPHAN

Período destinado a revisão do material entregue pela Contratada para aprovação ou rejeição pelo SUMAI e pelo IPHAN.

10.6.5. Reunião 03: Apresentação/Entrega Relatório de aprovação/rejeição do Projeto Pré-Execução pela SUMAI e pelo IPHAN

A SUMAI se posicionará sobre as soluções apresentadas pela Contratada. No caso de aprovação total, a

Contratada pode iniciar o desenvolvimento do Projeto Básico.

No caso de rejeição do Projeto Pré-Execução, a SUMAI entregará Relatório Técnico, juntamente com um das cópias do Projeto Pré-Execução com as indicações das mudanças necessárias, para que Contratada possa fazer as alterações solicitadas.

A Contratada terá o prazo estipulado no cronograma para fazer as alterações solicitadas.

No caso de algum impedimento para as alterações solicitadas pela SUMAI, os mesmos deverão se comunicados, pela Contratada no momento da reunião, e devendo ser registradas em Ata com possibilidade de revisão pela SUMAI.

A Contratada terá 03 dias para fazer qualquer questionamento a respeito do relatório entregue pelo SUMAI, caso alguma dúvida tenha restado, de forma a SUMAI avaliar a necessidade de alteração de data de entrega. A partir desse prazo, as dúvidas poderão ser enviadas, contudo o prazo de entrega não poderá ser alterado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

Caso a Contratada não compareça a reunião 03, o relatório será enviado por meio de correio eletrônico e correio da UFBA, sendo mantido o prazo estabelecido no cronograma.

10.6.6. Adequação do Projeto Pré-Execução

Período destinado a empresa para fazer as alterações solicitadas pela SUMAI/UFBA/IPHAN

10.6.7. Reunião 04: Entrega da Revisão do Projeto Pré-Execução

O Coordenador do Projeto apresentará, em reunião, registrada em Ata, todas as alterações feitas no Projeto Pré-Execução, de acordo com as solicitações feitas pela SUMAI/IPHAN.

O não cumprimento das modificações solicitadas, no prazo definido, ensejará aplicação de penalidade prevista no contrato.

A entrega final desta etapa corresponde a medição de 20% do valor contratual.

A reunião 04 tem como objetivo a entrega da revisão do Projeto Pré-Execução, caso tenha sido necessário, logo o não comparecimento da Contratada, ensejará as penalidades previstas no contrato por entrega em atraso.

NOTA:

Finalizada essa etapa, se aprovada, será pago o valor de 20% da etapa de projetos e iniciam-se as etapas seguintes;

Caso a aprovação da etapa seja com ressalvas, iniciam-se as etapas seguintes, porém o pagamento da referida etapa fica consignado à entrega e aprovação final ficando resguardada a possibilidade de aplicação das sanções previstas.

ETAPA 02 -Desenvolvimento do Projeto Básico/Executivo

Consiste o Projeto Básico do conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do serviço, e que possibilite a avaliação do custo do serviço e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global do serviço e identificar todos os seus elementos construtivos com clareza;

Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante a fase de elaboração do projeto executivo e de realização dos serviços e montagem;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

Identificação dos tipos de serviço a executar e de materiais e equipamentos a incorporar a obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias condições organizacionais para o serviço, sem frustrar o caráter competitivo para sua execução;

Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão do serviço, compreendendo a sua programação a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

Quantitativos de serviços/materiais.

10.6.8. Reunião 05: Entrega Projeto Básico

O Coordenador do projeto apresentará, em reunião, registrada em Ata, o Projeto Básico, em especial planta de compatibilização entre os diversos projetos e o orçamento.

A reunião 05 tem como objetivo a entrega do Projeto Básico, logo o não comparecimento da Contratada ensejará as penalidades previstas no contrato por entrega em atraso.

10.6.9. Avaliação do Projeto Básico pela SUMAI e pelo IPHAN

Período destinado a revisão do material entregue pela Contratada para aprovação ou rejeição pelo SUMAI/IPHAN.

10.6.10. Reunião 06: Apresentação/Entrega Relatório de aprovação/rejeição do Projeto Básico pela SUMAI e pelo IPHAN

A SUMAI se posicionará sobre as soluções apresentadas pela Contratada. No caso de aprovação total, Contratada pode iniciar o desenvolvimento do Projeto Executivo.

No caso de rejeição do Projeto Básico, a SUMAI entregará Relatório Técnico, com as indicações das mudanças necessárias, para que a Contratada possa fazer as alterações solicitadas.

A Contratada terá o prazo estipulado no cronograma para fazer as alterações solicitadas.

No caso de eventuais impedimentos para as alterações solicitadas pela SUMAI, os mesmos deverão ser comunicados, pela Contratada, no momento da reunião, os quais serão registrados em Ata e poderão ser revistos pela SUMAI.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

A Contratada terá 03 dias para fazer qualquer questionamento a respeito do relatório entregue pelo SUMAI, caso alguma dúvida tenha restado, de forma a SUMAI avaliar a necessidade de alteração da data de entrega. A partir desse prazo, as dúvidas poderão ser enviadas, contudo o prazo de entrega não poderá ser alterado.

Caso a Contratada não compareça a reunião 06, o relatório será enviado por meio de correio eletrônico da UFBA, sendo mantido o prazo estabelecido no cronograma.

10.6.11. Adequação do Projeto Básico

Período destinado à empresa para fazer as alterações solicitadas pelo SUMAI/UFBA/IPHAN.

10.6.12. Reunião 07: Entrega revisão do Projeto Básico (Entrega final)

O Coordenador do Projeto apresentará, em reunião, registrada em Ata, todas as alterações feitas no Projeto Básico, de acordo com as solicitações feitas pelo SUMAI.

O não cumprimento das modificações solicitadas, no prazo definido, ensejará aplicação de penalidade prevista no contrato.

A entrega final desta etapa corresponde à medição de 40% do valor contratual.

A reunião 07 tem como objetivo a entrega da revisão do Projeto Básico, caso tenha sido necessário, logo o não comparecimento da Contratada, ensejará as penalidades previstas no contrato por entrega e atraso.

10.6.13. Avaliação da revisão Projeto Básico

Período destinado à revisão do material entregue pela Contratada para aprovação ou rejeição pelo SUMAI.

10.6.14. Reunião 08: Apresentação/Entrega Relatório de aprovação/rejeição da revisão do Projeto Básico pelo SUMAI

A SUMAI se posicionará sobre o material apresentado pela Contratada. No caso de aprovação total, a Contratada pode iniciar o desenvolvimento do Projeto Executivo.

No caso de rejeição da revisão do Projeto Básico, a SUMAI notificará a empresa para a correção necessária, dando 05 (cinco) dias para nova entrega.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

Caso a empresa não faça a entrega na data definida pela notificação ou se ainda restar pendências serem corrigidas, ensejará a cobrança de multa por atraso.

O prazo de cinco dias será descontado do prazo do desenvolvimento do projeto executivo. Não haver alteração do cronograma.

Caso a Contratada não compareça a reunião 08, o relatório será enviado por meio de correio eletrônico correio da UFBA, sendo mantido o prazo estabelecido no cronograma

Desenvolvimento do Projeto Executivo

Consiste o projeto executivo na etapa destinada a concepção e a representação final das informações técnicas da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, completas, definitivas necessárias e suficientes a licitação (contratação) e a execução dos serviços de obras correspondentes.

Todos os Projetos deverão ser desenvolvidos em conformidade com as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais e com este Termo de Referência, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pela UFBA.

Nenhuma etapa poderá ser seguida sem a autorização e aprovação por escrito da SUMAI, e sobretudo sem o cumprimento da etapa anterior e as devidas compatibilizações e a total conclusão dos serviços.

10.6.15. Reunião 09: Entrega Projeto Executivo

O Coordenador do projeto apresentará, em reunião, registrada em Ata, o Projeto Executivo, em especial a planta de compatibilização entre os diversos projetos e o orçamento e o memorial de cálculo planejamento de execução das obras.

A reunião 09 tem como objetivo a entrega do Projeto Executivo, logo o não comparecimento da Contratada, ensejará as penalidades previstas no contrato por entrega em atraso

10.6.16. Avaliação do Projeto Executivo pela SUMAI e pelo IPHAN

Período destinado a revisão do material entregue pela Contratada para aprovação ou rejeição pela SUMAI/IPHAN.

10.6.17. Reunião 10: Apresentação/Entrega Relatório de aprovação/rejeição do Projeto Executivo pela SUMAI e pelo IPHAN

A SUMAI se posicionará sobre as soluções apresentadas pela Contratada. No caso de aprovação total a Contratada pode iniciar a finalização do orçamento consolidado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

No caso de rejeição do Projeto Executivo, a SUMAI entregará Relatório Técnico, para que a Contratada possa fazer as alterações solicitadas.

A Contratada terá o prazo estipulado no cronograma para fazer as alterações solicitadas.

No caso de eventuais impedimentos para as alterações solicitadas pela SUMAI deverão ser comunicados pela Contratada, no momento da reunião, os quais serão registradas em Ata e poderão ser revistos pelo SUMAI.

A Contratada terá 03 dias para fazer qualquer questionamento a respeito do relatório entregue pelo SUMAI, caso alguma dúvida tenha restado, de forma a SUMAI avaliar a necessidade de alteração da data de entrega. A partir desse prazo, as dúvidas poderão ser enviadas, contudo o prazo de entrega não poderá ser alterado.

Caso a Contratada não compareça a reunião 10, o relatório será enviado por meio de correio eletrônico ou correio da UFBA, sendo mantido o prazo estabelecido no cronograma

10.6.18. Adequação do Projeto Executivo

Período destinado a empresa para fazer as alterações solicitadas pelo SUMAI/UFBA

10.6.19. Reunião 11: Entrega das alterações do Projeto Executivo (Entrega final)

O Coordenador do Projeto apresentará, em reunião, registrada em Ata, todas as alterações feitas no Projeto Executivo, de acordo com as solicitações feitas pelo SUMAI.

O não cumprimento das modificações solicitadas, no prazo definido, ensejará aplicação de penalidade prevista no contrato

A reunião 11 tem como objetivo a entrega da revisão do Projeto Executivo, caso tenha sido necessário logo o não comparecimento da Contratada, ensejará as penalidades previstas no contrato por entrega em atraso.

10.6.20. Avaliação da revisão Projeto Executivo

Período destinado a revisão do material entregue pela Contratada para aprovação ou rejeição pelo SUMAI

10.6.21. Reunião 12: Entrega das alterações do Projeto Executivo (Entrega final)

10.6.22. Consolidação do orçamento

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

Período para a empresa finalizar o orçamento definitivo do projeto executivo.

10.6.23. Entrega final do orçamento consolidado

A entrega final do projeto executivo e do orçamento consolidado, e plano de execução com a aprovação pela SUMAI/UFBA, corresponde a 40% do valor contratual.

10.7. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

Todos os produtos a serem entregues por etapa estão discriminados no Anexo III – Escopo para Elaboração de Projetos

10.8 PADRONIZAÇÃO DE DESENHOS E TEXTOS

Orientações para criação de arquivos

Os desenhos que comporão os projetos deverão ser produzidos com o programa AutoCAD, versão 2013 ou superior, da Autodesk ou outro equivalente.

Os arquivos de texto deverão ser executados no aplicativo WORD, Microsoft Office versão 2010, ou outro equivalente ou superior.

Os documentos de texto deverão ser fornecidos em papel timbrado da Contratada;

Os arquivos de planilha deverão ser executados no aplicativo EXCEL, Microsoft Office versão 2010, ou outro equivalente ou superior.

Para demais arquivos gráficos, o aplicativo e extensão a serem utilizados deverão ser acordados, previamente, com a Fiscalização do Contrato.

A identificação dos arquivos de desenhos deverá ser efetuada conforme a nomenclatura de formato geral UUUAAT-DD-ET-NN-Nnnnnnnnn-RNN.EX, onde

UFBA	Sigla de identificação da Universidade Federal da Bahia
UUU	Código resumido de identificação da unidade a ser projetada, formado pela combinação de três letras, informado pela fiscalização, conforme exemplo abaixo: FAR = Faculdade de Farmácia
AA	Dois últimos algarismos do Ano em que o projeto foi elaborado
T	Tipo de projeto, sendo: R = Reforma C = Construção A = Ampliação D = Demolição

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
 Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

DD	Sigla de duas letras que identifica a Disciplina de projeto, sendo: AC = Acústica AR = Arquitetura URB = Urbanismo CL = Climatização Artificial CON = Conforto Ambiental CV = Comunicação Visual DR = Drenagem EL = Elétrica ES = Estrutura HI = Hidrossanitário IP = Impermeabilização IN = Instalações de detecção, prevenção e combate a incêndios PA = Paisagismo SD = Sondagem SO = Sonorização SP = Segurança Patrimonial SPDA = Sistema de proteção contra descargas atmosféricas SV = Sistema Viário TE = Telefonia e Lógica TO = Levantamento topográfico TP = Terraplenagem
ET	Sigla de duas letras que identifica a etapa de projeto, sendo: CA = Cadastro EP = Estudo Preliminar AP = Ante Projeto PB = Projeto Básico PE = Projeto Executivo
Nnnnnnn	Título ou descrição do desenho/documento em até 12 caracteres
RNN	Identificador do nº da revisão (R00; R01; etc.)
EXT	Extensão do arquivo

As mídias eletrônicas, entregues para medição, deverão ser devidamente identificadas com etiquetas adesivas ou rótulo, onde deverá constar:

Identificação da Empresa;

Data da gravação;

Identificação da unidade a que se refere o trabalho;

Identificação do serviço a que se refere a mídia;

Indicação dos arquivos contidos na gravação.

10.9. Orientações para Elaboração de Desenhos em AutoCAD

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

- 10.9.1. Deverá ser utilizada apenas a fonte "ARIAL" com fonte mínima tamanho "12"
- 10.9.2. A unidade de desenho padrão será metro (m), tendo suas separações decimais por vírgula e este deverá estar sempre desenhado em verdadeira grandeza.
- 10.9.3. Os desenhos de projetos serão feitos no "Model Space", sempre em verdadeira grandeza, e apresentados com o desenho da prancha (formato do papel, legendas, notas e carimbo) no "Paper Space", também na unidade padrão metro.
- 10.9.4. O carimbo deverá seguir o padrão fornecido pela SUMAI/UFBA
- 10.9.5. As anotações, legendas e demais observações relativas ao projeto, bem como informações relativas a áreas (totais, índices, ambientes principais, área de intervenção), esquadrias e especificação de materiais deverão ser apresentadas em quadros separados do carimbo.
- 10.9.6. A escala de plotagem, tamanho da prancha devem ser indicadas no arquivo de desenho, ao lado direito externo da área de plotagem, conforme padrão UFBA.
- 10.9.7. O tamanho das pranchas deverá obedecer aos seguintes formatos constantes da tabela abaixo

Largura (mm)	Altura (mm)	Formato Padronizado
210	297	A4
420	297	A3
420 < L < 630	297	A3 Estendido
594	420	A2
594 < L < 841	420	A2 Estendido
841	594	A1
841 < L < 1189	594	A1 Estendido
1189	841	A0

10.10. Orientações gerais

- 10.10.1.A Empresa deverá fornecer à UFBA cópia em CD/DVD de boa qualidade dos arquivos correspondentes a todos os documentos técnicos produzidos nas diversas fases do Projeto, devidamente relacionados e identificados.
- 10.10.2.A Contratada deverá emitir os desenhos e documentos de Projeto em obediência aos padrões (representação, organização e nomenclatura de arquivos e documentos etc) previamente definidos pela UFBA.
- 10.10.3.A escala a utilizar na representação geral deverá ser conforme documento de Escopo de Projetos, devendo ser mantida para todos os Projetos, tanto quanto possível. Os detalhes executivos e plantas setorizadas terão as escalas de representação adequadas ao seu objetivo.
- 10.10.4.Os desenhos de cada Projeto deverão ser numerados sequencialmente e conter indicação do número total de pranchas que compõem o conjunto.
- 10.10.5.Todos os documentos técnicos (desenhos, textos, etc.) deverão ser entregues à UFBA em três vias impressas, sendo que os desenhos deverão ser plotados, observando valores previstos em planilha orçamentária.
- 10.10.6.Os documentos técnicos de cada um dos Projetos deverão ser agrupados em jogos separados e independentes, em correspondência a cada atividade técnica envolvida.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

- 10.10.7. Os documentos técnicos produzidos em cada etapa de elaboração do Projeto devem ser submetidos à avaliação da UFBA.
- 10.10.8. Os documentos técnicos que forem rejeitados, parciais ou totalmente, devem ser revistos ou alterados apenas pelo seu autor e submetidos à nova avaliação.
- 10.10.9. Os trâmites para a aprovação dos Projetos junto aos órgãos oficiais e às concessionárias de serviços serão de responsabilidade da Contratada, por meio dos autores dos Projetos.
- 10.10.10. Para o pagamento de taxas referentes a órgãos de avaliação e aprovação de projetos, a Contratada deverá providenciar documentos e procurações necessárias para tramitação e entregar à fiscalização do contrato Boleto para Pagamento para que seja efetuado o pagamento pela SUMAI;
- 10.10.11. A aprovação do Projeto não eximirá os autores dos mesmos das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.
- 10.10.12. A UFBA deterá o direito de propriedade intelectual dos Projetos desenvolvidos assim como de toda a documentação produzida na execução do Contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da UFBA.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 11.1. Contratada deverá atender aos requisitos especificados no presente Termo de Referência, de forma a garantir a conclusão dos serviços;
- 11.1.1. Fica definido como gestor do contrato, o superintendente de meio ambiente e infraestrutura da UFBA, tendo como auxiliares os seguintes fiscais, definidos em Portaria específica da SUMAI:
- 11.1.1.1. Fiscal (is) Administrativo (s) – que auxiliará o gestor do contrato quanto a fiscalização dos aspectos administrativos e controle do contrato
- 11.1.2. Fiscal (is) Técnico (s) – que auxiliará o gestor do contrato quanto a fiscalização da execução e cumprimento do objeto contratado;
- 11.2. A contratada deverá entender-se com a Fiscalização Técnica, mantendo-a sempre esta informada do andamento dos serviços e das recomendações dada para execução dos trabalhos.
- 11.3. Serão mantidas Reuniões Técnicas Administrativas, provocados por qualquer das partes, para o encaminhamento das soluções dos problemas que venham a surgir no andamento dos serviços.

12. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 12.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o Licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, nos seguintes horários: segunda a sexta, das 08h00min horas às 12h00min horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (71)3283- 5801 ou pelos e-mails: cppo.sumai@ufba.br; lima@ufba.br ou marpin@ufba.br.
- 12.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Termo de Referência, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

12.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. O documento expedido pela empresa deverá identificar o profissional indicado para fazer a vistoria e sua habilitação técnica, caso este não seja o representante legal.

12.5. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

12.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (item 13.6)

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da empresa licitante e de seu (s) responsável (is) técnico (s), da região a que estiverem vinculados.

13.1.1. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA/CAU do Estado da Bahia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

13.2. Relação nominal da equipe técnica mínima e sua respectiva função, contemplando todos os profissionais elencados abaixo:

ITEM	ESPECIALIDADE	AREA DE ATUAÇÃO
1	Arquiteto /Engenheiro	Projeto de Estrutura
2	Arquiteto/Eng. Civil/Eng. Agrimensor	Levantamento Topográfico

13.2.1. No documento acima deverá vir expressamente declarado que os profissionais indicados aceitam a inclusão de seu nome na equipe técnica, bem como as suas assinaturas. A data do documento deverá ser posterior a publicação do Edital.

13.2.2. A equipe técnica apresentada será a mesma que deverá apresentar as RRT/ART dos projetos por ela desenvolvidos.

13.2.3. Caso os profissionais que compõem equipe técnica mínima apresentada pertençam a quadro de funcionários ou sejam Responsáveis Técnicos pela empresa dispensa-se as assinaturas nas lista.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

13.3. Comprovante de regularidade e quitação no Conselho de Classe (CREA/CAU) de cada um dos membros da equipe mínima.

13.4. Apresentação de CATs (Certidão de Acervo Técnico) em nome da equipe técnica mínima comprovando a execução de serviços semelhantes com as características e quantitativos (considerado 50% da área dos projetos a serem desenvolvidos) da tabela abaixo:

ITEM	ESPECIALIDADE	AREA DE ATUAÇÃO	AREA
1	Arquiteto /Engenheiro	Projeto de Estrutura em edificio tombado.	80M2

13.5. Apresentar LISTA da documentação comprobatória das CATs com tabela índice conforme modelo abaixo informando e organizando-as por CAT com seu respectivo numero ou registro, tipo, área a que se refere, profissional etc:

TABELA DE CAT APRESENTADAS

Nº CAT	ART VINCULADA	NOME DO PROFISSIONAL	TIPO	UNIDADE (AREA)	ENTIDADE EMISSORA DO ATESTADO
xxx	CREA/CAU	Fulano	Execução	Xxx m2	
xxx	CREA /CAU	Fulano	Execução	Xxx m2	

Modelo de tabela

13.6. Apresentação de Declaração de conhecimento das condições e grau de dificuldade do objeto da licitação: declaração de que o Licitante, por intermédio de representante legal devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução. Razão pela qual, a alegação de seu desconhecimento não será admitida como justificativa para que a Contratada se exima das obrigações assumidas em decorrência desta Concorrência.

13.6.1. A Declaração de conhecimento das condições e grau de dificuldade do objeto a ser contrato deverá ser assinada pelo representante legal da empresa, declarando estar ciente das condições atuais da edificação e do terreno onde será realizada a obra.

3.7. Demais documentos exigidos no Edital

14. MATERIAL TECNICO A SER DISPONIBILIZADO

14.1. Serão disponibilizados os seguintes documentos para subsidiar a elaboração dos serviços: relatório fotográfico do local.

a) Arquivo Template do software Autocad, carimbo e outras definições de arquivos (A ser entregue com a Ordem de Serviço);

15. COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

15.1. A Contratada indicará um representante técnico na qualidade de Coordenador Geral de Projetos, para realizar planejamento, programação e controle de todas as atividades e etapas para o desenvolvimento do Projeto como um todo, assim como os responsáveis técnicos para cada atividade técnica específica.

15.2. A Coordenação específica de cada uma das atividades técnicas do projeto e de seus elementos e componentes deverá ser atribuída aos profissionais responsáveis pela sua concepção e detalhamento.

15.3. Cabe ao Coordenador Geral de Projetos:

15.3.1. Manter os prazos em dia, cumprindo com o cronograma estabelecido;

15.3.2. Participar de todas as reuniões agendadas com a UFBA;

15.3.3. Estabelecer a compatibilização dos projetos entre as diversas áreas técnicas avaliando interferências, critérios e soluções adotadas;

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

16.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.3. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.4. Efetuar os pagamentos a Contratada, mediante comprovação de execução dos serviços, dentro das condições, prazos e vencimentos estabelecidos.

16.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

16.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

16.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

16.8.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

16.8.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

- 16.8.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 16.9. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 16.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 16.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 16.12. Arquivar, entre outros documentos, todo o material recebido, fruto do contrato.
- 16.13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1. A Contratada deverá providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou CAU (RRT) referentes a todos os Projetos e atividades técnicas objeto deste Termo de Referência, inclusive da Elaboração do Orçamento.
- 17.2. A Contratada deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato, até o recebimento definitivo dos serviços, salvo as taxas de aprovação e avaliação de projeto perante órgãos reguladores, quando previsto na planilha orçamentária.
- 17.3. A Contratada deverá encaminhar à UFBA cópia dos Projetos com os carimbos de aprovação e chancela dos órgãos competentes, quando for o caso. O pagamento do referido projeto estará condicionado a aprovação desses órgãos.
- 17.4. Caso seja essencial a substituição do Responsável Técnico apresentado durante o certame no período de execução do contrato, a Contratada deverá apresentar carta de justificativa para a substituição junto a Certidões de Acervo Técnicos (CAT) (caso essas tenham sido exigidas na Habilitação) e currículo do novo profissional, de modo que fique comprovada a manutenção das condições da fase de habilitação do certame.
- 17.5. A Contratada deverá possuir ou providenciar os equipamentos, os materiais, os insumos, mão-de-obra, os meios de transporte, e demais itens necessários ao desenvolvimento de todas as etapas do Projeto.
- 17.6. Será de responsabilidade dos autores dos Projetos efetuar as modificações necessárias à sua aprovação, seja pela UFBA, pelos órgãos públicos competentes, fiscalização e controle, sem custo adicional para a UFBA, quando for o caso.
- 17.7. A contratada, para o desenvolvimento das atividades concernentes à execução do objeto, deverá manter um escritório ou preposto na cidade sede administrativa da contratante, qual seja a cidade de Salvador ou região metropolitana, estado da Bahia, de modo a permitir o contato e o atendimento das demandas da Instituição de forma continuada e mais célere. Tal previsão se dá pela necessidade constante de interação com a equipe técnica da Contratante, de modo a promover, em tempo hábil, todos os atos de entrega dos projetos, necessários aos futuros processos licitatórios das obras da UFBA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

17.8.Executar os serviços conforme especificações constantes do Termo de Referência, seus anexos e a sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

17.9.Prestar todo esclarecimento e permitir acesso aos representantes da fiscalização e toda pessoa autorizada pela mesma a todos os locais onde estejam sendo realizados os trabalhos, relacionados com o objeto da presente licitação, ainda que nas dependências do Contratado ou de terceiros.

17.10. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

17.11. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Termo de Referência, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

17.11.1. Quando o projeto se referir a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

17.12. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

17.13. Assegurar à Contratante, nos termos do artigo 19, inciso XVI, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008:

17.13.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações ou prévia autorização;

17.13.2. Os direitos autorais das soluções apresentadas nos projetos elaborados, suas especificações técnicas, toda documentação produzida e congêneres e todos os demais produtos gerados na execução do contrato, são de propriedade da Contratante. Fica proibida a sua utilização pela Contratada, sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

17.14. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregados que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante nos termos do artigo 7º do Decreto nº. 7.203 de 2010, que dispõe sobre a vedação no nepotismo no âmbito da administração pública federal;

17.15. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá

17.16. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

17.17. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

17.18. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

17.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

17.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.21. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no item Subcontratação desse documento ou na minuta de contrato;

17.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta e projetos apresentados, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

17.23. Participar de reuniões, sempre que solicitada pela SUMAI, com toda a equipe técnica da Contratada presente.

17.24. Reparar, corrigir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os projetos efetuados que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

17.25. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

17.26. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, bem como a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

18.2. No caso de subcontratação parcial só será permitida na seguinte forma:

18.2.1. até o limite 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições;

18.2.1.1. dependerá de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

18.2.1.2. A contratada deverá entregar por escrito a relação de serviços que serão subcontratados, bem como as empresas que serão subcontratadas, com um prazo de no máximo 15 (quinze) dias de antecedência da execução dos serviços, para que a Administração proceda a devida avaliação da documentação e conceda a autorização ou rejeição;

18.3.Caso haja necessidade de comprovação de habilitação técnica (apresentação de CAT) e determinados serviços, para o processo licitatório, estes não poderão ser objeto de subcontratação.

18.4.A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, se prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

18.5.Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação

18.6.A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

18.6.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;

18.6.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e

18.6.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

19. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

19.1.É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

20. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

20.1.O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.2.As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

20.3.A fiscalização dos serviços caberá a Universidade Federal da Bahia, através da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura/Coordenação de Planejamento, Projetos e

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

Obras (CPPO/SUMAI). Por se tratar de patrimônio tombado pelo IPHAN, será necessário a aprovação desse órgão para as soluções adotadas.

20.4.A Fiscalização contratual dos serviços deverá seguir o disposto do Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização, da Instrução Normativa nº. 02, de 30 de abril de 2008, com as alterações da Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013), da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

20.5.O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

20.5.1. O acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.6.Os representantes da Fiscalização reportar-se-ão diretamente ao Responsável Técnico do Contratado.

20.7.A Contratada interromperá total ou parcialmente a execução dos serviços sempre que:

20.7.1. Assim estiver previsto e determinado no Instrumento Convocatório ou no Contrato;

20.7.2. For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do Instrumento Convocatório e de acordo com as especificações em anexo, parte integrante deste Termo de Referência.

20.7.3. Houver alguma falta cometida pelo Contratado, desde que esta, a juízo da Fiscalização, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes, quando então autorizará a citada suspensão, e;

20.7.4. A Fiscalização assim o determinar ou autorizar formalmente.

20.8.A fiscalização ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.9.É papel da fiscalização atestar os documentos referentes à conclusão de cada um dos itens dos serviços planejados e efetivamente executados, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

20.10. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscalização, deverão ser solicitadas à Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras – CPPO/SUMAI em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

20.11. A Fiscalização se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Termo de Referência e seus Anexos e com o contrato.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

20.12. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante, encarregado da Fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

20.13. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.14. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

20.15. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

20.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

21. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

21.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

21.1.1. Após a aprovação, pela UFBA, de cada etapa finalizada, de acordo com Cronograma a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada (se for o caso), para análise da fiscalização.

21.1.1.1. A aprovação pela UFBA será subsidiada pelo IPHAN por se tratar de bem tombado por esse órgão.

21.1.2. Após aprovação do produto recebido, pela fiscalização, a contratada deve emitir a Nota Fiscal.

21.1.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos par aquela

etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

21.1.4. No caso de haver necessidade de aprovação de projeto em algum órgão (ex. Corpo de Bombeiros), o pagamento da última fatura fica condicionado a aprovação desse órgão.

21.1.4.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

21.1.4.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

21.1.4.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

21.1.4.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

21.1.5. No prazo previsto em cronograma, a partir do recebimento dos documentos da contratada, fiscal deverá elaborar relatório circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

21.1.5.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

21.1.5.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

21.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

22. DO PAGAMENTO

22.1. Os projetos serão recebidos definitivamente após aprovação pelos técnicos da CPPO/SUMAI e serão encaminhados para medição, de acordo com a fase de que trata o cronograma apresentado nesse Termo de Referência.

22.2. Caso exista algum impedimento na entrega total de alguma das fases de desenvolvimento, a SUMAI avaliará o material, de forma a decidir se os elementos faltantes não prejudicam o processo licitatório e encaminhará para o pagamento das peças finalizadas. Nesse sentido, o pagamento será realizado de acordo com o valor de cada projeto finalizado ou parcialmente entregue.

22.3. Será possível a entrega parcial de projetos, desde que autorizado pela fiscalização. Nesse caso o pagamento parcial também será possível, o qual poderá variar entre 50 a 80% do valor do referido produto/etapa, visando preservar equilíbrio contratual entre as partes.

22.4. No caso de atrasos na finalização do projeto executivo, a UFBA poderá avaliar as condições de incompletude do projeto e decidir sobre o seu recebimento, pagando um percentual a ser acordado com a Contratada. No caso de aceitação, a Contratada emitirá as respectivas ARTs/RRts dos projetos.

22.5. O pagamento será individualizado por projeto e por etapas correspondente ao desenvolvimento do trabalho.

22.6. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento do boletim de medição, com a Nota Fiscal/Fatura acompanhada dos demais

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada, desde que estes não apresentem nenhuma pendência que enseje revisão dos documentos entregues.

22.7.O pagamento da última fatura (medição final da obra) está condicionado ao recebimento definitivo do serviço, ou se for o caso, aprovação de projetos por órgãos competentes (corpo de bombeiros, COELBA, IPHAN, etc).

22.8.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

22.9.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

22.10. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

22.10.1. O prazo de validade;

22.10.2. A data da emissão;

22.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

22.10.4. O período de prestação dos serviços;

22.10.5. O valor a pagar; e

22.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

22.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

22.12. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

22.12.1. Não produziu os resultados acordados;

22.12.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

22.12.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou

utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

22.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.14. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas nesse Termo de Referência, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento

22.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

22.16. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

22.16.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus Créditos.

22.16.2. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

22.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

22.18. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

22.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

22.20. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

22.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) / 365 I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6% 22.22. Havendo reincidência sem causa que justifique o descumprimento do acordado no cronograma físico financeiro aplicar-se-á notificação e multa prevista;

22.23. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo fiscal da obra, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Termo de Referência.

22.24. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

22.25. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

22.26. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

22.27. Reajuste

22.27.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

22.27.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

22.27.3. Os índices do INCC serão consultados no site da Fundação Getúlio Vargas: https://www.portalbrasil.net/incc_di/.

22.27.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22.27.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

22.27.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

22.27.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.27.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

22.27.9. O reajuste será realizado por aditamentos ao contrato.

23. GARANTIA DE EXECUÇÃO

23.1. O adjudicatário prestará garantia de execução nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 05 (Cinco) dias úteis a partir da notificação formalizada pela Administração, tratando-se de condição indispensável para assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

23.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

23.2.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

23.2.2. Segura garantia;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

23.2.3. Fiança bancária.

23.3.A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento) para aditivos e renovações contratuais.

23.4.O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

23.5.A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

23.6.A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

23.6.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento da demais obrigações nele previstas;

23.6.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

23.6.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

23.6.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

23.7.A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

23.8.A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

23.9.Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

23.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

23.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

23.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de .05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

23.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

23.14. Será considerada extinta a garantia:

23.14.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

23.14.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

23.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

23.16. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência, Termo de Referência e no Contrato.

24. DAS PENALIDADES

24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

24.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.1.1.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades estabelecidas.

24.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.3. Não atender as orientações da UFBA, sobretudo aquelas apontadas formalmente, por meio de ofícios.

24.1.4. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

24.1.5. Comportar-se de modo inidôneo; ou

24.1.6. Cometer fraude fiscal.

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

24.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

24.2.2. Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

24.2.3. Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, e caso de atraso na execução do objeto (entendendo-se como atraso nas etapas do cronograma), por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

24.2.4. Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

24.2.5. Multa de 0,2% a 3,2% por dia sobre a medição mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

24.2.6. Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

24.2.6.1. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

24.2.7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAUS	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

Tabela 2

INFRAÇÕES		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Termo de Referência/Contrato;	1

24.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

24.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

24.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

24.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos por meio das parcelas devidas a contratada, ou seja, suas medições, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

24.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

25. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

25.1.É facultada a contratada, quando do recebimento da Ordem de Serviço, a apresentação de novo cronograma físico financeiro, desde que não ultrapasse os prazos contratuais. Tal cronograma será analisado pela fiscalização que poderá aceitar ou não. No caso de não aceitação fica valendo o cronograma apresentado durante o certame licitatório.

25.2.Os prazos constantes do cronogramade execução de 60 e 110 dias levarão em conta o enquadramento do projeto contratado de acordo com o grupo a ele associado.

25.3.Dessa forma aplica-se os prazos de cronograma individualmente por serviço/unidade (local) observando-se o prazo final de vigência do contrato bem como as medições e pagamentos.

25.4.Para composição de cronograma, considera-se o fluxo de trabalhos conforme tabela abaixo, que orienta a Contratada como se organizar internamente:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

PROJETO ESCORAMENTO TUNEL MAS				
ETAPA 01 - PROJETO PRÉ-EXECUÇÃO				
PRIMEIRA MEDIÇÃO - 20% VALOR CONTRATADO				
1	REUNIÃO 01: APRESENTAÇÃO DE DIRETRIZES	UFBA/SUMAI	REUNIÃO EQUIPE TÉCNICA DA UFBA/CONTRATADA	1
			VISITA TÉCNICA (CASO SEJA NECESSÁRIO)	
2	DESENV. PROJETO PRÉ- EXECUÇÃO	CONTRATADA	DESENVOLVIMENTO SOLUÇÕES PROJETO DE ESCORAMENTO	10
			LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	
3	REUNIÃO 02: APRESENTAÇÃO/ENTREGA PROJETO PRÉ-EXECUÇÃO	CONTRATADA	APRESENTAÇÃO/ENTREGA PROJETO PRÉ-EXECUÇÃO/LEV. TOPOGRÁFICO	1
4	AValiação PROJETO PRÉ- EXECUÇÃO	UFBA/IPHAN	AValiação PROJETO PRÉ-EXECUÇÃO	10
5	REUNIÃO 03: ENTREGA RELATÓRIO AValiação PROJETO PRÉ-EXECUÇÃO	UFBA/SUMAI	APRESENTAÇÃO/ENTREGA RELATÓRIO AValiação PROJETO PRÉ- EXECUÇÃO	1
6	DESENVOLVIMENTO ALTERAÇÕES SOLICITADAS PELA SUMAI/UFBA	CONTRATADA	ADEQUAÇÃO DO PROJETO PRÉ-EXECUÇÃO ÀS SOLICITAÇÕES DA UFBA	7
7	REUNIÃO 04: ENTREGA FINAL	CONTRATADA	APRESENTAÇÃO/ENTREGA FINAL PROJETO PRÉ-EXECUÇÃO	1
8	AValiação ENTREGA FINAL PROJETO PRÉ- EXECUÇÃO	UFBA/IPHAN	AValiação PROJETO FINAL PRÉ-EXECUÇÃO (**)	1
(**) Após a entrega final a UFBA/SUMAI avaliará o material entregue. Caso ainda reste pendências, a empresa receberá multa por atraso, até que todas as pendências sejam sanadas. Esse procedimento não terá impacto nas demais etapas, que deverão ter início.				
SUB TOTAL				32

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
 Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

ETAPA 02 - PROJETO BÁSICO				
SEGUNDA MEDIÇÃO - 40% VALOR CONTRATADO				
9	PROJETO BÁSICO	CONTRATADA	ELABORAÇÃO PROJETO BÁSICO	20
10	REUNIÃO 05: ENTREGA PROJETO BÁSICO	CONTRATADA	APRESENTAÇÃO COMPATIBILIDADE DOS PROJETOS/ENTREGA PROJETO BÁSICO/ORÇAMENTO	1
11	AValiação PROJETO BÁSICO	UFBA/IPHAN	AValiação PROJETO BÁSICO	10
12	REUNIÃO 06: ENTREGA RELATÓRIO AValiação PROJETO BÁSICO	UFBA/SUMAI	APRESENTAÇÃO/ENTREGA RELATÓRIO AValiação PROJETO BÁSICO	1
13	DESENVOLVIMENTO ALTERAÇÕES SOLICITADAS PELA SUMAI/UFBA	CONTRATADA	ADEQUAÇÃO DO PROJETO BÁSICO ÀS SOLICITAÇÕES DA UFBA	7
14	REUNIÃO 07: ENTREGA REVISÃO PROJETO BÁSICO	CONTRATADA	APRESENTAÇÃO/ENTREGA REVISÃO PROJETO BÁSICO	1
15	AValiação REVISÃO PROJETO BÁSICO	UFBA/SUMAI	AValiação REVISÃO PROJETO BÁSICO	5
16	REUNIÃO 08: ENTREGA RELATÓRIO FINAL PROJETO BÁSICO	CONTRATADA	APRESENTAÇÃO/ENTREGA RELATÓRIO FINAL PROJETO BÁSICO/NOTIFICAÇÃO ATRASO	1
SUB TOTAL				46
ETAPA 03 - PROJETO E EXECUTIVO				
TERCEIRA MEDIÇÃO - 40% VALOR CONTRATO				
17	PROJETO EXECUTIVO	CONTRATADA	DESENVOLVIMENTO PROJETO EXECUTIVO	10
18	REUNIÃO 09: ENTREGA PROJETO EXECUTIVO	CONTRATADA	APRESENTAÇÃO/ENTREGA PROJETO EXECUTIVO	1
19	AValiação PROJETO EXECUTIVO	UFBA	AValiação PROJETO EXECUTIVO	10
20	REUNIÃO 10: ENTREGA RELATÓRIO AValiação PROJETO EXECUTIVO	UFBA/SUMAI	APRESENTAÇÃO/ENTREGA RELATÓRIO AValiação PROJETO EXECUTIVO	1
21	REVISÃO PROJETO EXECUTIVO	CONTRATADA	ADEQUAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO ÀS SOLICITAÇÕES DA UFBA	8
22	REUNIÃO 11: ENTREGA FINAL PROJETO EXECUTIVO	CONTRATADA	APRESENTAÇÃO/ENTREGA REVISÃO PROJETO EXECUTIVO	1
23	AValiação REVISÃO PROJETO EXECUTIVO	UFBA/SUMAI/CONTRATADA	AValiação REVISÃO PROJETO EXECUTIVO/ CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO	5
24	REUNIÃO 12: ENTREGA RELATÓRIO FINAL PROJETO EXECUTIVO	UFBA/SUMAI/CONTRATADA	APRESENTAÇÃO/ENTREGA RELATÓRIO FINAL AValiação REVISÃO PROJETO EXECUTIVO/ CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO	1
SUB TOTAL				37
TOTAL DE DIAS				115

No caso de atrasos por parte da SUMAI, o cronograma poderá ser avançado, mantendo-se quantidade de dias prevista para a revisão por parte da Contratada, sendo necessário, entretanto a tramitação de aditivos de prazo.

26. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS – DA PROPOSTA DE PREÇO

26.1. A Proposta de Preço deverá preencher obrigatoriamente os seguintes requisitos:

26.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, impressa em papel timbrado da licitante, com todas as páginas do corpo principal e de seus anexos devidamente numeradas e rubricadas com assinatura na última folha, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, em linguagem clara, objetiva

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado, constando como data o dia fixado para entrega dos envelopes à Comissão Especial de Licitação.

26.1.2. Conter declaração expressa de que no preço estão incluídos todos os custos diretos indiretos,

demais despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto da licitação.

26.1.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha

Orçamentária.

26.1.4. O DESCONTO OFERTADO (art. 18, inciso I, da Lei nº 12.462/2011) deverá ser aplicado linearmente aos preços unitário dos itens que compõem a tabela de serviços.

26.1.5. Em caso de divergência entre o preço proposto em algarismo e por extenso, prevalece sempre o menor preço grafado na Proposta de Preço.

26.1.6. O prazo de validade desta proposta é de 180 (Cento e oitenta) dias a partir da data da entreg da proposta. Decorrido este prazo, não ocorrendo convocação para a contratação, ficam as licitante liberadas dos compromissos assumidos.

26.1.7. As propostas deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Termo de Referência e seu Anexos, não sendo consideradas aquelas que apresentarem serviços que não correspondam às características específicas solicitadas, ou que estabeleçam vínculo com a proposta de outra licitante.

26.1.8. Deverá constar na Proposta de Preço o nome completo da Empresa, seu endereço, o nom do Banco, da Agência, Conta Corrente, o número do CNPJ e a assinatura do seu signatário.


26.1.9. O pagamento dos projetos será realizado após a sua entrega e aprovação dos mesmos pel área técnica da UFBA, de acordo com os preços unitários propostos pela licitante vencedora e dos percentuais estabelecidos no cronograma desse Termo de Referência.

26.1.10. Serão considerados inexecutable as propostas com valores globais inferiores a 70% d menor dos seguintes valores:

26.1.10.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento do valor do orçamento previamente estimado pela contratante;

26.1.11. Modelo de planilha a ser apresentada ANEXO II ORÇAMENTO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
 Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA						
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA						
Coordenação de Orçamento e Planejamento						
LICITAÇÃO	CADASTRO DA PLANTA FISICA E PROJETOS BASICO E EXECUTIVO DE ESCORAMENTO DA ESTRUTURA DO TÚNEL DO MUSEU DE ARTE SACRA DA UFBA					
Endereço:					MARÇO/2022	
Rua do Sodré, 28 - Dois de Julho, Salvador - BA, 40060-240					Área (m²):	
					348,00	
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA						
	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	14.03.2022/ORSE JANEIRO	EQUIPE TÉCNICA				
1.1	101373	CONSULTORIA E PROJETO - ENGENHEIRO SENIOR	H	220,00	151,19	33.261,80
1.2	S10039	ENSAIOS DIVERSOS	UND	11,00	86,60	952,60
1.3	90777	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA	H	20,00	97,18	1.943,60
1.4	90781	TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40,00	31,06	1.242,40
1.5	88253	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	80,00	13,60	1.088,00
1.5	90775	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20,00	51,51	1.030,20
TOTAL:					R\$	39.518,60

27. RESPONSÁVEL PELO PROJETO E UNIDADE FISCALIZADORA

28. Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras da Universidade Federal da Bahia (CPPO – SUMAI/PCU)
29. - UFBA).

30. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERENCIA

Arq. Marcia Pinheiro
 SIAPÍ 0232894

Revisão

Arq. Eduardo Pugliese
 SIAPÍ 1659523